



MONTEMOR | O NOVO câmara municipal

**TOMADA DE POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR –O-NOVO
EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**

Considerando que;

-A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo recebeu da Fenprof uma apelo para Tomada de Posição e subscrição da Petição Pública “DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA”;

- O documento remetido pela Fenprof ao Município assenta sobretudo na defesa de 3 pontos fundamentais:

1. A recusa da duplicação do financiamento e exigência de que os contratos de associação serão cumpridos, designadamente no que respeita à área geográfica de origem dos alunos;
2. Rejeição das declarações sobre a alegada "mediocridade" da escola pública;
3. Exigência de direitos iguais aos do público para os docentes do ensino privado.

- Que a Constituição da República define a obrigação de o Estado em promover uma rede de estabelecimentos públicos que satisfaça as necessidades de toda a população e que foram as dificuldades em garantir essa resposta que levaram o Estado a assinar contratos de associação com o setor privado em áreas onde a oferta pública era inexistente ou insuficiente;

-Que, ao longo dos últimos anos, o número de contratos celebrados acabou por se tornar claramente excessivo face às necessidades do sistema, tendo-se verificado um claro desrespeito pelo quadro legal que define o carácter complementar do ensino privado, relativamente ao ensino público, o que desviou alunos da Escola Pública para os colégios privados, e criou expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não pode, nem deve assumir;

-Que houve um aumento da capacidade de resposta da Escola Pública, o que se deve, em grande medida a razões demográficas que levaram a uma diminuição do número de alunos em cerca de 20%, redução que serviu de justificação para que o governo PSD/CDS concretizasse o maior despedimento coletivo de professores verificado no País, no ensino público;

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 1 de junho de 2016 delibera:

1. Apelar ao Governo para que mantenha a intenção de fiscalizar rigorosamente o cumprimento dos contratos assinados em agosto de 2015;
2. Defender a não duplicação do financiamento e que, no respeito pela Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;
- 3 . Apelar para que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;
4. Exigir direitos iguais aos do público para os docentes do ensino privado;
5. Assinar e divulgar a Petição Pública, lançada pela Fenprof “Em defesa da Escola Pública”

Esta tomada de posição deverá ser enviada a: Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Presidente da República, órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e meios de divulgação da Câmara Municipal.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CAME' and 'Zi']